



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 913.001/2022

Interessado: Fundo Municipal de Saúde

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos públicos de saúde do município de Serra Caiada/RN.

EMENTA: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Licitação. Contratos Administrativos. Pregão Eletrônico. Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos públicos de saúde. Aprovação.

I - RELATÓRIO

O presente processo administrativo trata da **Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos públicos de saúde do município de Serra Caiada/RN.**

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo setor Requisitante; Termo de Referência; autorização de abertura de processo licitatório; orçamento detalhado em planilhas com descrição dos itens e suas respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais; atos informando a existência de saldo orçamentário específico e suficiente à despesa já em consonância com o PPA, LOA e LDO; designação de Pregoeiro e equipe de Apoio; bem como a Minuta de Edital e respectivos anexos, tudo devidamente contemplado em um único **Volume de 100 (cem) páginas.**

Ato contínuo o processo foi direcionado a esta Procuradoria com o desígnio de promover a análise da Minuta de Edital de Licitação e demais atos, com o viés jurídico, identificando se estão de acordo com a legislação brasileira, em especial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 102

Rubrica [assinatura]

Mat. nº.: [assinatura]

art. 38, Parágrafo único da Lei nº 8666/93 e os Princípios que regem a Administração.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Os processos licitatórios, por sua vez, devem ser eivados de boa fé pública e estar fundamentados nos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, motivo pelo qual existem requisitos mínimos que devem ser observados para cada tipo de processo em específico, os quais passarei a analisar minuciosamente.

a) Da Escolha da Modalidade de Licitação - Pregão

A modalidade licitatória do tipo Pregão encontra previsão legal na Lei nº 10.520/02, Decretos Federais de nº 3.555/2000, nº 10.024/2019, bem como Decretos Municipais de nº 010/2013 e nº 029/2020, e subsidiariamente ainda a Lei nº 8.666/93, sendo essa modalidade a mais adequada para aquisição de bens ou serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Vejamos:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (Lei nº 10,520/2002) - grifos nossos.

Isto posto, **compreendo que a contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos públicos de saúde se enquadra na descrição de bens "comuns",** seguindo a mesma lógica do Termo de Referência do processo e do próprio Pregoeiro.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 103

Rubrica

Mat. n.º: 1264

A escolha pela modalidade Pregão na forma Eletrônica só vem à reforçar a presença dos Princípios norteadores da Administração Pública no processo.

Ademais, importante frisar que por força da Instrução Normativa de nº 206/2019 tornou obrigatório o uso da ferramenta do Pregão Eletrônico para aquisições em cujo orçamento existam transferências voluntárias entre a União e os demais entes federativos.

No caso em apreço, depreende-se do Despacho de Dotação Orçamentária às fls. 47 que a despesa poderá ser custeada com fonte de Recursos Próprios o que desobriga o Ente ao uso da ferramenta eletrônica, contudo a proposta do Pregão no formato eletrônico só fortalece os princípios que regem a Administração Pública.

Logo, compreendemos que a escolha da modalidade sugerida está integralmente dentro da legalidade.

b) Dos requisitos processuais da fase preparatória

Conforme se depreende dos Autos, na Solicitação de Despesa e no Termo de Referência encontramos a descrição do objeto que, salvo melhor juízo, encontra-se bem descrito e especificado.

Traz, contudo, a especificação dos itens, além da justificativa pertinente à contratação; bem como respectivas exigências para habilitação e aceitação das propostas, devidamente elencadas na Minuta do Edital apreciada, com arrimo na Lei nº 10.520/2002. Vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de **contratação e definirá o objeto do certame**, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a **definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara**, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a **justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento**, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 104

Rubrica [assinatura]

Mat. n°.: 104

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. - grifos meus.

Frise-se que quanto à Qualificação Técnica exigida, o setor requisitante solicitou para além da comprovação de aptidão para o fornecimento contratado (o que já é praticado normalmente), a comprovação de que a empresa possui em seu quadro funcional um profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade profissional Conselho Regional de Engenharia – CREA ou Conselho Regional de Química – CRQ ou similar; bem como a Declaração de que a Unidade de Tratamento de resíduos atende integralmente a legislação ambiental vigente e demais normativos para o tipo de tratamento adotado; tudo devidamente justificado ante as normas que regem a contratação pretendida em legislação ambiental pertinente.

No que diz respeito à contratação, também foi evidenciado alguns requisitos que a empresa deve atender como condição à contratação, dentre as supracitadas está também a apresentação de Licença de Operação para realização do serviço de coleta e transporte dos resíduos de serviço de saúde, emitida pelo órgão de controle ambiental competente, que comprove a capacitação da empresa para o transporte do objeto da licitação, o que também encontra arcabouço no ordenamento jurídico e, portanto, dotado de legalidade.

Saliente-se que a pesquisa mercadológica encontra-se acostada às fls. 19 a 46, de modo regular perante a **Instrução Normativa de nº 65/2021**, do Ministério da Economia, posto que encontra-se realizada em pesquisa direta com potenciais fornecedores, trazendo ao processo parâmetros de preços para a contratação pretendida.

Com efeito, para a formalização do processo relativo ao Pregão Eletrônico, dispõe o Decreto de nº 10.024/2019 o seguinte:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 105

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 2464

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

I - estudo técnico preliminar, quando necessário;

II - **termo de referência;**

III - **planilha estimativa de despesa;**

IV - **previsão dos recursos orçamentários necessários**, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

V - **autorização de abertura da licitação;**

VI - **designação do pregoeiro e da equipe de apoio;**

VII - **edital e respectivos anexos;**

VIII - **minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços**, conforme o caso;

IX - parecer jurídico;

X - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

XI - proposta de preços do licitante;

XII - ata da sessão pública, que conterà os seguintes registros, entre outros:

(...) - grifos meus

No aspecto formal, as peças processuais comportam as formalidades exigidas no dispositivo acima e é importante frisar que tanto o Termo de Referência quanto a Minuta do Edital basearam-se nos modelos da Advocacia Geral da União – AGU, encontrados no sítio eletrônico do mesmo em Manual de Boas Práticas Consultivas.

No que diz respeito à minuta de contrato, importante atentar que existe previsão para continuidade do serviço ao longo do tempo, o que é imprescindível ante a denotação pelo setor requisitante de que o serviço que se pretende contratar é de natureza continuada.

Frise-se ainda que a formalização do processo em comento encontra-se em consonância com a **Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em especial art. 10 e seguintes**, que trata da Composição do Processo de Realização da Despesa Pública.

III – CONCLUSÃO

Neste diapasão, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº **913.001/2022** atendeu aos requisitos legais, de modo que a Minuta do Edital e respectivos anexos, estão em conformidade com a legislação vigente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 106
Rubrica [assinatura]
Mat. n°.: 1464

Remeto os autos ao Pregoeiro do município para o prosseguimento do processo.

Serra Caiada/RN, 23 de Novembro de 2022.

Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves
Procuradora Geral
Matrícula nº 1464